

ATO PÚBLICO DE REPATRIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS
REFLEXÕES SOBRE MEDIDAS DE VERDADE: DO BRASIL NUNCA MAIS A UMA COMISSÃO
DA VERDADE.

Depoimento de Anivaldo Padilha

Dedico este depoimento à memória de Paulo Wright e Ivan Mota Dias (prebiterianos) e de Heleni Guariba (metodista), mortos sob torturas e desaparecidos; à memória de Celso e Fernando Cardoso da Silva, jovens metodistas presos comigo, e que já não se encontram mais entre nós; à memória de Richard Shaull, missionário americano presbiteriano, um dos que plantaram as sementes da Teologia da Libertação; e à memória de Brady Tyson, missionário americano metodista que nos viabilizou os laços com Martin Luther King, Jr.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pela honra que o a Procuradoria da República e Conselho Mundial de Igrejas me concederam ao me convidar para fazer este depoimento. Sinto-me honrado porque minha história, nos últimos 50 anos, está intimamente ligada ao CMI e ao movimento ecumênico. E o projeto “Brasil: Nunca Mais”, é um dos capítulos mais importantes da história da contribuição do movimento ecumênico brasileiro e internacional à luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

O projeto “Brasil: Nunca Mais” só pode ser desenvolvido porque contou com um movimento ecumênico que se desenvolveu em nosso país a partir da primeira metade da década de 1950 quando, no seio do protestantismo, a Confederação Evangélica do Brasil, inspirada pelo CMI, criou o Setor de Responsabilidade Social, responsável por desenvolver uma série de reflexões sobre o papel da Igreja no Brasil, em um contexto de rápidas transformações sociais e políticas. Desse processo surge o Movimento Latino-Americano de Igreja e Sociedade (ISAL), que teve papel fundamental na organização do pensamento social ecumênico na América Latina.

Concomitantemente, a partir do início da década de 1960 a Igreja Católica Romana também sentia os efeitos renovadores trazidos pelo Papa João XXIII, e pela primeira vez se abria para o ecumenismo.

Esses novos ares tiveram grande impacto nas igrejas, especialmente entre a juventude e intelectuais, estudantes, e pastores e padres jovens, levando-nos a construir processos de diálogo e de cooperação nas lutas pelas transformações sócio econômicas em nosso continente. É nesse processo que germinam as sementes do que veio a ser conhecida como Teologia da Libertação, tanto em suas vertentes protestante quanto católica.

Esse processo é interrompido temporariamente pelo golpe militar de 1964 que leva à prisão, à clandestinidade ou ao exílio grande parte das nossas lideranças e ao desmantelamento das nossas organizações, inclusive da Confederação Evangélica do Brasil.

O período pós-golpe significou re-aglutinar as pessoas, criar novas formas de organização e redefinir nosso papel. Com os novos ventos que sopraram da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, em 1968, o movimento ecumênico ganha novo ímpeto e possibilita uma ação ecumênica mais efetiva com a adesão de grandes contingentes católicos. É importante destacar o papel do Centro Evangélico de Informação, fundado em 1965 (transformado em Centro Ecumênico de Documentação e Informação em 1975 e, a partir de 2004, em KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço).

A partir do AI-5, quando a tortura é institucionalizada como método sistemático de interrogatório e instrumento de terror político do Estado, coube ao movimento ecumênico alimentar as redes ecumênicas internacionais com informações sobre o que se passava nos porões da ditadura e denunciar as torturas internacionalmente. Outra contribuição foi a criação de redes ecumênicas de apoio para proteger perseguidos políticos rumo ao exílio.

Foi como participante ativo desse movimento que fui preso na manhã do dia 28 de fevereiro de 1970, por agentes da OBAN, em São Paulo, principal centro de torturas do país. Comigo foi presa também Eliana Rolemberg, que me assessorava em uma pesquisa que eu coordenava para a ULAJE sobre Juventude e Mudança Social na América Latina. Na época, eu exercia as funções de Secretário, para o Brasil, da ULAJE e de redator de uma revista mensal “Cruz de Malta”, da Igreja Metodista.

Ao chegarmos à OBAN, depois que Eliana e eu fomos separados, fui conduzido a uma sala para ser interrogado. Assim que a porta se fechou, recebi um soco no estômago, com tal violência, que caí e fiquei alguns segundos sem poder respirar. Começaram, então, a aplicar em mim o “telefone”, método de tortura que consiste em golpear os ouvidos da vítima com as duas mãos ao mesmo tempo, em formato côncavo. Os golpes foram repetidos várias vezes, seguidos de gritos para que eu confessasse ser membro de uma organização clandestina e que revelasse os nomes e endereços de todos os meus amigos. Após esse interrogatório fui levado a uma das celas.

Na parte da tarde, fui levado novamente para interrogatório. A partir desse momento, as torturas se intensificaram. Trouxeram Eliana, Celso e Fernando Cardoso da Silva, dois jovens metodistas como eu, que tinham sido presos também, e nos aplicaram golpes de “palmatória”, novamente o “telefone” e choques elétricos.

Depois de muito tempo de torturas, nos separaram e fui levado de volta à cela, já ao escurecer. Eu não havia ingerido nenhum alimento desde o café da manhã. Minha boca estava extremamente seca. Tinha a impressão de que minha língua ia rachar ou que minhas mucosas estavam se esfacelando. Pedi água e o carcereiro me respondeu: *“não tenho autorização para dar água a presos que voltam do interrogatório. Beber água logo depois de levar choques pode matar”*. Trouxeram a janta: sobras da comida do quartel trazidas em grandes caldeirões. Tive dificuldade para comer. Além da boca seca, minhas mãos estavam inchadas e eu mal conseguia segurar a colher. Ademais, eu tinha grande dificuldade para deglutir a comida composta de arroz, feijão e tomate picado. Meu companheiro de cela insistiu para que eu comesse porque aquela era a única refeição diária. Às vezes, serviam o café da manhã, que consistia em uma pequena caneca de café com leite e um pãozinho. Conheci, naquele instante, uma outra forma de tortura: a fome. Não consegui dormir.

Tarde da noite, vieram me buscar novamente. Achavam que eu devia ser um comunista importante porque tinha relações internacionais, especialmente com o mundo ecumênico. E, segundo eles, esse era um movimento subversivo. Forçaram-me a tirar minha roupa e me colocaram na “cadeira do dragão”. Uma cadeira revestida com folhas de metal conectadas por um fio a um rádio militar de campanha. Fui colocado no assento com minhas mãos e pés amarrados. Exigiram que eu desse todas as informações que eu possuía. A cada negativa, o torturador girava a manivela do telefone para aumentar a intensidade dos choques. Para tornar os efeitos mais fortes, colocaram uma toalha úmida sob minhas nádegas. Os choques me provocavam convulsões e gritos. A sensação era de perda total de controle sobre minha capacidade mental, racional, e sobre os meus movimentos. Era insuportável!

Até aquele momento, eu não tinha informação sobre o que acontecia com Eliana ou com Celso e Fernando. De repente, percebi que Eliana estava também sendo torturada na sala ao lado. Podia ouvir seus gritos e suas recusas em cooperar com os torturadores.

De madrugada me levaram de volta à cela. O medo tomava conta de mim. Eu tinha medo de não conseguir resistir e acabar por revelar nomes e endereços de meus amigos e companheiros.

Pela primeira vez na minha vida me via confrontado pela possibilidade real e iminente de morrer. Como evitar esse desfecho? Ou como encará-lo com dignidade? Então, decidi que, já que morrer parecia inevitável, era melhor que isso acontecesse antes que novas torturas ocorressem. O suicídio parecia ser o único caminho. E, se cooperar era o preço para salvar minha vida, eu não conseguiria conviver com o profundo sentimento de culpa que certamente me acompanharia para sempre. Seria uma vida sem Vida! Procurei e não encontrei nada que eu pudesse usar para me suicidar e percebi que nem a opção do suicídio me era disponível. Eu estava só e à mercê dos torturadores!

Iniciei, então, um processo de revisão da minha vida. Lembrei-me, sobretudo, do meu desenvolvimento pessoal, na Igreja Metodista, baseado em uma espiritualidade encarnada no mundo e nas dores do meu próximo. E que foi essa espiritualidade que me levou a dedicar-me à solidariedade com os oprimidos e discriminados e à construção de um mundo mais justo, solidário e verdadeiramente democrático.

Tomei consciência, nesse momento, de que a minha vida não mais me pertencia pois eu a havia dedicado inteiramente às exigências da minha Fé. Matar-me seria como se eu estivesse a exigir a devolução de algo que eu havia doado. Minha vida pertencia a Deus. Tudo isso me fez encontrar as forças necessárias para resistir.

Eu era fisicamente muito fraco em relação aos torturadores e me perguntava: *“por que usam tanta violência para me dominar”*? Essa pergunta não saía da minha mente até que tudo começou a clarear. Eu tinha algo mais forte dentro de mim: o amor à Verdade, à Justiça, à Ética, e o compromisso com o povo, além do apoio de uma imensa comunidade que não se calava diante da tirania nem se deixava dominar pelas forças que haviam usurpado o poder em nosso país. Os torturadores eram fisicamente fortes, mas moralmente eu era mais forte e tinha condições de resistir.

Se eu tivesse que morrer, não podia ser por ato voluntário. Que a ditadura assumisse a responsabilidade pela minha morte.

Entreí em um processo lento de tranquilidade e de serenidade. Senti que eu estava me preparando para o que me parecia inevitável. O medo, ainda que presente de forma muito forte, não mais me dominava. Eu tinha me reencontrado com minha história e comigo mesmo. Já amanhecia e, finalmente, consegui dormir.

Mais tarde, ao ser levado para mais uma sessão de torturas, percebi que estava sofrendo de uma espécie de amnésia pois não conseguia me lembrar de praticamente nenhum dos meus companheiros. Os únicos nomes presentes na minha memória eram os de meus familiares imediatos. Minha memória havia se apagado seletivamente. Por isso, apesar da intensidade das torturas, eu não tinha como colaborar. Foi um fenômeno para o qual jamais encontrei explicação racional e conclusiva. Creio que o ser humano, quando se encontra em uma situação-limite, como eu me encontrava ali, é levado a buscar em suas profundezas aquela força divina que todos possuímos dentro de nós. E essa força não é monopólio de cristãos ou de pessoas religiosas. Pude presenciar situações semelhantes de resistência por parte de companheiros ateus. Para mim, foi resultado da força daquela fé, qualquer fé, que há dentro de todos nós.

Os interrogatórios diários, acompanhados de torturas físicas (choques, cadeira do dragão, socos, palmatória) e morais (simulação de execução, saída de carro com ameaças de jogarem meu corpo na Serra do Mar, insultos, ser qualificado com palavras de baixíssimo calão,

ameaças de torturarem meus pais etc) continuaram por muitos dias e depois diminuíram, até que, finalmente, fomos enviados ao DOPS para as formalidades policiais. Foram vinte dias diretos de “interrogatórios” na OBAN. No DOPS – depois de de enviados de volta a OBAN por duas vezes, Celso, Fernando e eu fomos indiciados na Lei de Segurança Nacional e enviados ao antigo Presídio Tiradentes. A acusação formal: “infiltração subversiva na Igreja Metodista”!!!. O próprio promotor não aceitou as bases para o nosso indiciamento e fomos colocados em liberdade.

Ao sair da prisão, sem condições de trabalhar e sob risco de nova prisão, tive que me exilar. Com o apoio do CMI e das redes ecumênicas de apoio, consegui chegar clandestinamente ao Uruguai, depois à Argentina e ao Chile. Após alguns meses, fui para os Estados Unidos com o apoio das igrejas protestantes daquele país onde consegui reconstruir minha vida e continuar, no exterior, a luta contra a ditadura. Posteriormente, transferi-me para a Suíça. No total, passei 13 anos no exílio.

Por mais de seis anos tive pesadelos nos quais eu revivia as sessões de tortura. Os torturadores continuavam dentro de mim a me torturar. Eu tinha que vence-los. A luta foi longa até que percebi que compreendi que o caminho a seguir era o do perdão. Ao perdoá-los, consegui vencê-los. O perdão significou para mim um processo terapêutico. Há momentos que o perdão é mais importante para quem perdoa do que para quem é perdoado, mas isso no nível das relações inter-pessoais. Isso não significa compactuar com a impunidade. Os crimes cometidos não foram apenas contra mim. Foram contra a sociedade brasileira e a sociedade tem o direito de investiga-los e punir os responsáveis diretos e indiretos.

Termino com um apelo. Suponho que todos neste auditório sabem que a tortura era uma política de Estado. Por isso, é essencial o estabelecimento de uma comissão da verdade para investigar os crimes da ditadura, apontar quem são os torturadores, seus mandantes, seus colaboradores e apoiadores. A punição deles é importante para resgatar a dignidade dos que foram torturados, a dignidade da memória dos assassinados e desaparecidos e a dignidade das famílias que não puderam ainda sepultar seus entes queridos. Além disso, a impunidade contribui para que a tortura ainda seja praticada em larga escala nas delegacias e prisões brasileiras e para que outras formas de intolerância se fortaleçam em nosso país. Os que se opõem à abertura dos arquivos da ditadura e à divulgação da verdade e a punição dos que estabeleceram o Terror do Estado nos chamam de revanchistas. Revanche ou vingança seria tratá-los como nos trataram. Não, não queremos vingança, mas Justiça. Que sejam investigados, processados, garantindo a eles o devido processo e julgados pelas cortes do Estado de Direito e não por tribunais de exceção como fizeram conosco.

Em suma, a punição representaria o resgate da dignidade da sociedade brasileira que foi violentada por um regime autoritário.

Termino citando o profeta Jeremias: “*quero trazer à memória o que me pode dar esperança*” (Lam. 3.21) Minha esperança é que a memória desse passado contribua para que esse Brasil, nunca mais!

Muito obrigado

Anivaldo Padilha